

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

Entre as partes, de um lado **SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE BAURU E REGIÃO**, com sede na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, à Avenida Duque de Caxias nº 7-27, com base territorial nos municípios de: Agudos, Arealva, Avaí, Bady Bassitt, Balbinos, Balsamo, Cabrália Paulista, Capivari, Catanduva, Ariranha, Catiguá, Ibirá, Itajobi, Itápolis, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Sales, Santa Adélia, Tabapuã, Uchôa, Urupês, Vista Alegre do Alto, Cedral, Duartina, Engenheiro Schmidt, Guapiaçú, Guarantã, José Bonifácio, Jacanga, Lençóis Paulista, Lucianópolis, Macatuba, Mirassol, Monte Aprazível, Neves Paulista, Nova Granada, Onda Verde, Pederneiras, Pirajuí, Piratininga, Pongaí, Potirendaba, Presidente Alves, Reginópolis, Tanabí, Turuiuba, Ubirajara, Uru, Vila Toninho, Lins, Cafelândia, Getulina, Guaiçara, Guaimbê, Júlio Mesquita, Boraceia, Dois Córregos, Iguaraçu do Tietê, Itapuí, Mineiros do Tietê, Araçatuba, Alto Alegre, Auriflora, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigüi, Brauna, Buritama, Clementina, Coroados, Floreal, Gabriel, Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Glicério, Guararapes, Guzolândia, Lavínia, Luiziânia, Magda, Penápolis, Piaçatu, Rubiacéia, Santópolis do Aguapeituriuba, Valparaíso, Andradina, Castilho, Guaraçaí, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Menucci, Presidente Prudente, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Ainhumas, Caiabú, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba, Tarabaí, Presidente Wenceslau, Caiuá, Marabá Paulista, Mirante do Paranapanema, Piquerobi, Presidente Epitácio, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio, Dracena, Junqueirópolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Ouro Verde, Panorama, Paulicéia, Santa Mercedes, São João do Pau D'Alho, Tupi Paulista, Adamantina, Flora Rica, Flórida Paulista, Irapuru, Lucélia, Mariópolis, Pacaembu, Oswaldo Cruz, Inúbia Paulista, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão, Marília, Álvaro de Carvalho, Alvilândia, Echaporã, Gália, Garça, Lupércio, Ocaçu, Oriente, Oscar Bressane, Pompéia, Quintana, Vera Cruz, Assis, Borá, Campos Novos Paulista, Cândido Mota, Cruzália, Florínia, Ibirarema, Lutécia, Maracaí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Platina, Quatá, Ourinhos, Bernardino de Campos, Fatura, Ipauçu, Manduri, Óleos, Pirajuí, Ribeirão do Sul, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Sarutaiá, Rejupá, Timburi, Chavantes, Tupã, Bastos, Herculândia, Jacri, Queiróz, Avaré, Águas de Santa Bárbara, Arandu, Cerqueira César, Coronel Macedo, Itaí, Itatinga, Paranapanema, Taquarituba, Botucatu, Anhembi, Areiópolis, Bofete, Pardinho, Porongaba, São Manoel, Votuporanga, Fernandópolis, Jales e BAURU e de outro lado a **FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DO ESTADO DE SÃO PAULO**, assim como os **SINDICATOS DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE: ARAÇATUBA, JAÚ, MARACAÍ, MARÍLIA, BAURU, PRESIDENTE PRUDENTE, SÃO MANUEL e TUPÃ**, fica estabelecida a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma dos artigos 611 e seguintes da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT), mediante as cláusulas que seguem:

01-REAJUSTE SALARIAL E AUMENTO REAL

Os salários dos empregados abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho vigentes em 31/10/2010, **que recebem pelo salário normativo**, serão reajustados **A PARTIR DE 01/11/2009 pelo percentual de:**

a)- 8,70% (oito e setenta por cento), para empresas com mais de 40 funcionários;

b)- 7,50% (sete e cinquenta por cento), para empresas até 39 funcionários, conforme calculado na cláusula 2ª.

§1º - Aos empregados que recebem salários acima dos salários normativos fixados na Convenção Coletiva de Trabalho vigentes em 31/10/2010 , serão reajustados A PARTIR DE 01/11/2010 pelo percentual descrito acima nas letras “A” e “B”.

02- SALÁRIO NORMATIVO

Fica assegurado para os empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, salário normativo que obedecerá aos seguintes critérios e valores, reajustada a tabela vigente na Convenção Coletiva de Trabalho.

A) Balconistas:	até 39 funcionarios	acima 40 funcionários
Salário de Admissão.....	R\$ 630,00	637,00
Salário após 90 dias.....	R\$ 700,00	709,00
 B) Ajudante Geral:		
Salário de Admissão.....	R\$ 640,00	646,00
Salário após 120 dias.....	R\$ 756,00	765,00
 C) Faxineiro(a).....	R\$ 630,00	637,00
 D) Caixa.....	R\$ 778,00	787,00
 E) Forno/Salgadeiro/ Petisqueiro.....	R\$ 861,00	870,00
 F) Padeiro e Confeiteiro	R\$ 1.080,00	1.091,00

3 - PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS/LUCROS

As empresas ficam obrigadas a pagar a todos seus empregados, a título de Participação nos Lucros/Resultados, referente ao exercício de 2008/2009 a quantia de **R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, a ser paga na **data de aniversário de cada trabalhador**.

§ 1º - Os empregados que mantinham contrato de trabalho em vigor no dia 1º de novembro de 2010 e que foram desligados a partir desta data, receberão a Participação nos Lucros e Resultados na rescisão contratual de trabalho, integral ou proporcionalmente aos meses trabalhados, na forma do parágrafo seguinte.

§ 2º - Os trabalhadores admitidos a partir de novembro de 2010 farão jus ao valor fixado no caput, na razão de 1/12 por mês de serviço, considerado como tal fração igual ou superior a 15 dias, a ser pago de uma só vez na data de aniversário do trabalhador, bem como no caso de contratação de novos empregados, respeitar-se-á a proporcionalidade de 15 dias para cada 1/12 avos.

§ 3º - Na rescisão contratual antecipada, é devido o pagamento da parcela de forma integral ou proporcional aos meses trabalhados, qual seja, 01/12 para mês ou fração de mês trabalhado superior à quinze dias.

4 - COMPENSAÇÕES

A) No período de 1º de novembro de 2009 a 31 de outubro de 2010 poderão ser compensados, somente, a título de antecipação salarial, os percentuais que excederem a 8,70%;

B) Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção transferêcia, término de aprendizagem, término de experiência, equiparação salarial, por mérito e aumentos reais.

5 - ADMITIDOS APÓS A DATA-BASE

Aos empregados admitidos após 01/11/2010, será concedido o mesmo reajuste e aumento concedido ao paradigma, desde que não ultrapasse o menor salário na função.

6 - EMPREGADOS ACIDENTADO OU DOENTE

Ao empregado afastado do serviço por acidente do trabalho, percebendo o respectivo benefício previdenciário, será garantido o emprego, 12 (doze) meses após a cessação do auxílio-doença acidentário, enquanto vigorar a Lei nº 8.213/91.

7 - SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Garantia ao empregado admitido para a mesma função de outro dispensado sem justa causa, de igual salário ao menor salário pago na função, sem considerar as vantagens pessoais, ficando excluídas desta garantia as funções individualizadas, ou seja, seja, administrativas, de gerência e de supervisão, esta última não abrangendo os trabalhadores da produção.

8 - GESTANTE

Fica vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até 05 (cinco) meses após o parto.

9 - SALÁRIO SUBSTITUIÇÃO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter eventual, o substituto receberá o salário do substituído, excluídas as vantagens pessoais.

10 - CARTA AVISO

Entrega, contra-recibo, de carta aviso de dispensa ao empregado demitido sob a acusação de prática de falta grave.

11 - EMPREGADO EM IDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO MILITAR

Estabilidade obrigatória provisória ao empregado em idade de prestação do serviço militar, desde o seu alistamento até a incorporação e nos 30 dias após o desligamento de unidade militar ou tiro de guerra, salvo nas hipóteses de contrato a prazo determinado, inclusive de experiência, rescisão por justa causa, pedido de demissão e transação.

12 - FORNECIMENTO GRATUITO DE UNIFORMES

É obrigatório o fornecimento gratuito, pelo empregador, de uniformes, fardamentos, jalecos e demais peças de vestimentas, sempre que exigidos para a execução do trabalho ou, por lei.

13 - FORNECIMENTO OBRIGATÓRIO DE COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Fornecimento obrigatório de comprovantes de pagamento contendo a identificação do empregador e, discriminadamente, a natureza e o valor das importâncias pagas e descontos efetuados, inclusive os recolhimentos do FGTS.

14 - ATESTADOS MÉDICOS

Aceitação compulsória dos atestados médicos e odontológicos passados pelo ambulatório das entidades dos trabalhadores enquanto mantiverem convênio com a Previdência Social.

15 - HOMOLOGAÇÕES DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As homologações das rescisões contratuais deverá ser efetivada no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados a partir do último dia trabalhado, ou da notificação da dispensa imotivada, sem cumprimento do aviso prévio trabalhado, sob pena de pagamento da multa prevista na Lei nº 7.885/79, ressalvadas as hipóteses de culpa do órgão homologador do Banco depositário do FGTS, ou não comparecimento do empregado.

16 - FORNECIMENTO DE ATESTADOS DE AFASTAMENTO E SALÁRIO

Por ocasião das quitações dos contratos de trabalho, salvo na hipótese de rescisão por justa causa, as empresas fornecerão, contra recibo, o AAS para fins previdenciários, devidamente preenchido e assinado. Ocorrendo

desligamento sob a alegação da prática de falta grave, o AAS será entregue, mediante solicitação por escrito do empregado.

17 - CONCESSÃO DE FÉRIAS

A) O início das férias deverá coincidir sempre com o primeiro dia útil da semana.

B) Caso as férias, já comunicadas ao empregado, sejam canceladas ou suspensas por ato do empregador, este indenizará o empregado ressarcindo-lhe as despesas realizadas com a compra de passagens, reserva de estadias e outras despesas que estejam vinculadas às férias.

18 - MENSALIDADES ASSOCIATIVAS

As empresas são obrigadas a descontarem as mensalidades associativas, de seus empregados, desde que notificadas pelas entidades sindicais dos trabalhadores, às quais cumprirá remeter às empresas os recibos sempre com antecedência de 15 (quinze) dias anteriores ao desconto. Efetuado o desconto, a empresa procederá ao recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias ao banco indicado pela respectiva entidade sindical que, necessariamente, deverá ser escolhido dentre aqueles que possuam o maior número de agências bancárias no Estado de São Paulo, em especial na cidade em que se situar a empresa.

19 - ESTUDANTE

Abono de falta ao estudante, para a prestação de exames escolares, mediante prévia comunicação ao empregador e posterior justificação.

20 - HORAS EXTRAS

As horas extraordinárias serão pagas com o acréscimo de 70% (setenta por cento), sobre o valor da hora normal.

21 - QUADROS DE AVISOS

As empresas colocarão à disposição da entidade sindical um quadro de avisos destinado à fixação de comunicados e informações de interesse dos trabalhadores, os quais serão assinados por seus diretores, vedada a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja, bem como a que contrarie a legislação vigente.

Parágrafo único : As empresas afixarão, igualmente, no quadro de avisos previstos nesta cláusula, matéria alusiva às Campanhas de Sindicalização das Entidades Profissionais.

22 - PRÊMIO AO EMPREGADO EM VIAS DE APOSENTADORIA

Ao empregado que for dispensado sem justa causa e estiver a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria, assim como conte com um mínimo de 4 (quatro) anos na mesma empresa, fica assegurado o reembolso das contribuições comprovadamente por ele feitas a Previdência Social, com base no último salário reajustado, até o limite de 12 (doze) meses, caso não consiga outro emprego dentro desse prazo.

Parágrafo único: Para se beneficiar deste direito o empregado deverá comunicar à empresa, por escrito, a sua intenção, até 30 (trinta) dias após a sua dispensa.

23 - TRABALHO EM DIAS DE REPOUSO

As horas trabalhadas em dias de repouso, quando não houver a concessão de folga compensatória, serão pagas com acréscimo de 100% (cem por cento), independentemente do pagamento do repouso adquirido.

24 - ADIANTAMENTO SALARIAL - VALE

Mantidas as condições atuais mais favoráveis, as empresas, nos 15 (quinze) dias posteriores ao pagamento do salário do mês anterior, concederão aos seus empregados, que assim optarem, adiantamento salarial (vale) de, no mínimo 40% (quarenta por cento) do valor do salário mensal.

Parágrafo único: Independentemente do pagamento da parcela do décimo terceiro salário, o empregador está obrigado a fornecer adiantamento salarial previsto no caput da cláusula mencionada acima.

25 - AUXÍLIO FUNERAL

Na ocorrência de morte, a empresa pagará aos dependentes do empregado falecido um auxílio-funeral equivalente a 2 (dois) salários normativos previstos nesta Convenção, desde que o empregado, ao falecer, esteja a serviço da empresa, pelo menos, há 1 (um) ano. Não se aplica esta cláusula à empresa que adote o sistema de seguro de vida em grupo totalmente subsidiado.

26 - EXTRATO DO FGTS

Rescindindo o contrato de trabalho, as empresas fornecerão ao empregado, no ato da homologação da rescisão do contrato, o extrato de sua conta vinculada no FGTS.

27 - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES - RAIS

As empresas remeterão às respectivas Entidades Sindicais dos os Trabalhadores cópia da RAIS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a sua entrega na repartição competente.

28 - CAIXA DE PRIMEIROS SOCORROS

As empresas deverão manter em local apropriado, e de fácil acesso caixa de primeiro socorros a qual conterà os medicamentos básicos, principalmente absorvente feminino.

29 - ANOTAÇÕES NA CTPS

Os empregados contratados para exercerem funções qualificadas ou, quando para tanto promovidos, terão no prazo máximo de 48 horas, anotação específica da função em suas carteiras (CTPS).

30 - AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Os empregados poderão faltar ao serviço e terão suas ausências abonadas, sem qualquer desconto salarial sem repercussão no DSR, nas férias e no 13º salário, por um dia, nos casos de falecimento de irmão(a), sogro(a), desde que apresente, posteriormente, a respectiva certidão de óbito.

31 - OBTENÇÃO DE DOCUMENTOS

O empregado não sofrerá desconto do DSR correspondente, quando sua ausência se fundamentar em obtenção de documentos estritamente pessoais, mediante a devida comprovação.

32 - MÃO DE OBRA DE TERCEIROS

Na execução dos serviços da sua atividade produtiva, as empresas não poderão se valer de não dos trabalhadores por elas contratados sob regime da CLT, salvo nos casos definidos na Lei 6.019, de 02/01/1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas.

33 - VALE TRANSPORTE

As empresas nos termos da legislação vigente (Leis nº 7.418/85 e 7.619/87, bem como o decreto 95.247/87), obrigam-se a fornecer a seus empregados, quando for o caso o imprescindível vale-transporte.

34. ADICIONAL NOTURNO

No período noturno, compreendido entre às 22:00 horas de um dia às 5:00 horas do outro dia, incidirá o adicional noturno de 30% (trinta por cento), calculado sobre a hora normal do trabalho diurno.

a)- Cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido também o adicional quanto às horas prorrogadas até final de jornada.

35 - ADOTANTES

As empresas concederão licença remunerada de 30 (trinta) dias para os empregados que, comprovadamente, vierem a adotar crianças na faixa etária de até 6 (seis) meses.

36 - APRENDIZES

As partes discutirão em acordo específico, mediante coordenação profissional da Federação, a profissionalização da categoria, através de Escolas Profissionalizantes.

37 - INSPEÇÕES OFICIAIS

Nas inspeções oficiais promovidas pelos órgãos dos Ministérios do Trabalho, Previdência Social e outros, de interesse dos trabalhadores, será admitida a participação de um representante do sindicato.

38. RELAÇÃO DE CONTRIBUINTES (contribuição sindical)

A)- As empresas ficam obrigadas a encaminhar aos respectivos sindicatos de trabalhadores e patronais cópias das guias de contribuições Sindicais, até o dia 15 do mês subsequente, bem como a relação das listagens nominais dos contribuintes contendo, também, as respectivas funções, valor mensal da remuneração e valor unitário de cada contribuição (portaria 3.590 de 04/10/1.977).

B) Na ocorrência de recolhimentos suplementares, igual providência será adotada pelas empresas.

39. COMISSÃO SINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Reconhecimento das Comissões de Conciliação Prévia instituídas no âmbito dos sindicatos, assegurando aos representantes dos trabalhadores garantia de emprego na forma do art. 543, § 2º da CLT e tempo livre e remunerado para o exercício de suas atribuições.

40. COMISSÃO INTERSINDICAL DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Constituição de Comissão Intersindical de Conciliação Prévia com as garantias do item anterior.

41 - RECICLAGEM PARA TRABALHADORES

O trabalhador que participar do curso de reciclagem, com carga horária de 60 horas, ao concluí-lo, a empresa reajustará seu salário em 5%.

Parágrafo único: A reciclagem poderá ser feita na própria cidade onde o sindicato profissional tem sua base territorial, desde que haja no mínimo (10) trabalhadores.

42 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas descontarão do salário já reajustado de todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção, associados ou não, uma contribuição assistencial ou confederativa na forma adiante, com exceção dos empregados admitidos além das datas previstas, que será descontada no 1º mês completo de trabalho, devendo as empresas procederem o recolhimento da contribuição à respectiva Entidade Sindical dos trabalhadores até o dia 10 do mês seguinte ao desconto.

A) Para os trabalhadores representados pela Federação da Alimentação e pelos Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de: **Araçatuba, Bauru, Jaú, Maracá, Marília, Presidente Prudente, São Manuel, Tupã** será descontada a seguinte contribuição:

- 3% (três por cento) em Dezembro/2010, recolhida até 07.01.2011;
- 3% (três por cento) em maio/2011, recolhida até 06.06.2011.

B) As empresas ficam obrigadas a descontar de todos trabalhadores, sindicalizados ou não, o percentual mensal de 1% a título de contribuição confederativa.

C) As importâncias descontadas no termo da alínea A e B supra, deverão ser recolhidas a favor das correspondentes entidades dos trabalhadores por meio de guias próprias em conta vinculada sem limite ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou estabelecimento bancário que vier a ser indicado, até as datas acima estabelecidas.

D) Fica desde já convencionado que do montante arrecadado individualmente pelas entidades sindicais relacionadas na cláusula primeira supra, a título de contribuição assistencial/negocial, será repassado pelos Sindicatos à Federação o percentual de 15% (quinze por cento), importância essa que será depositada por intermédio de guias específicas e em nome da Federação, na conta corrente nº 42.668-1, mantida por ela, junto ao Banco Itaú, agência 0151. E por estarem assim, justas e acordadas e para que sejam produzidos os seus efeitos de direito, as partes acordantes assinam o presente Termo de Aditamento.

E) As empresas ficam obrigadas a enviar para o sindicato de trabalhadores cópias das guias de recolhimento e relação dos trabalhadores que sofreram o referido desconto até 15 dias após efetuado desconto sob penas de multa prevista nesta convenção.

43 - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DAS EMPRESAS

As empresas pertencentes a categoria econômica representada pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE BAURU, recolherão em favor do mesmo, CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL trimestral, de conformidade com os seguintes critérios:

EMPRESAS	a recolher por trimestre
até 05 empregados	R\$-125,00
de 06 a 10 empregados	R\$- 232,00
de 11 a 20 empregados	R\$-303,00
acima de 21 empregados	R\$-446,00

As empresas não associadas terão um acréscimo de 30% (trinta por cento) sobre o montante do recolhimento acima mencionado.

OBS: UFESP é abreviatura da Unidade Fiscal Do Estado de São Paulo, cujo valor é publicado diariamente na imprensa.

A) Para efeito de recolhimento das contribuições supra citadas, tomar-se-á por base o número de empregados constantes das folhas de pagamento do mês anterior ao do respectivo recolhimento.

B) O recolhimento deverá ser feito até o dia 10 de cada mês, nos meses de Dezembro/2010, Março/2011, Junho/2011 e Setembro/2011.

C) A falta de recolhimento nas épocas próprias sujeitará as empresas ao pagamento de uma multa de 15% (quinze por cento) sobre o débito mais 1% (um por cento) de juros ao mês além da correção pela UFESP, calculada sobre o valor não recolhido, no dia do pagamento.

44 - ABRANGÊNCIA

As condições ajustadas na presente Convenção aplicam-se em sua totalidade aos empregados que prestam serviço no âmbito das empresas abrangidas pelas entidades convenientes, independentemente das funções por eles exercidas, respeitadas as categorias diferenciadas.

45 - FICA ACORDADO, ENTRE AS PARTES, A DISCUSSÃO DE UM PROJETO DE FORMAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DAS CATEGORIAS PREVISTAS NAS CLÁUSULAS 36º E 37º DESTA CONVENÇÃO.

46 - CONDIÇÕES DE SEGURANÇA NA OPERAÇÃO DE CILINDROS DE MASSA.

As empresas observarão as condições de segurança na operação dos cilindros de massa que seguem:

a) Todos os cilindros tem que ter, pelo menos, dois dispositivos de segurança diferentes, um elétrico e outro mecânico;

b) As Empresas representadas pelo Sindicato Patronal deverão treinar seus trabalhadores, bem como efetuar o controle periódico de manutenção de máquinas após a instalação dos equipamentos de segurança;

c) Os cilindros novos vão ter uma proteção fixa que impede o acesso da mão do operador nos rolos giratórios do cilindro, e também das lâminas adequadas, para oferecer segurança no trabalho e na limpeza das máquinas;

d) É obrigatório dispositivo eletrônico para impedir a inversão de fases;

e) É obrigatório também o sistema de parada instantânea, acionado por botões laterais à prova de poeira;

f) O cilindro deverá ser adquirido com proteção nas polias com tela de malha ou chapa;

g) O trabalhador não poderá mais, com a adoção das medidas de segurança ora adotadas, utilizar a mão para verificar a abertura dos rolos de cilindro, devendo a máquina ter um indicador visual para abertura dos mesmos.

h) As partes signatárias se comprometem a criar os mecanismos legais para exigir o cumprimento deste acordo, que deverá se iniciar a partir de janeiro de 2000, conforme normas da FUNDACENTRO, do DIESAT - Departamento de Estudo e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho e do Ministério Público do Estado de São Paulo.

i) A instituição desta condição de segurança é definitiva a partir de janeiro de 2000 para as Panificadoras instaladas a partir desta data.

47 - MULTA

Multa de 10% (dez por cento) do salário normativo previsto neste instrumento e vigente na época da infração, por empregado, por violação das obrigações de fazer contidas na presente Convenção Coletiva de Trabalho, revertida a favor da parte prejudicada.

48 - PRORROGAÇÃO, REVISÃO, DENÚNCIA OU REVOGAÇÃO

O processo de revogação, denúncia ou revogação total ou parcial, da presente Convenção Coletiva, ficará subordinado às normas estabelecidas pelo artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

49 - DIVERGÊNCIAS

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer divergências na aplicação da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

50 - DIFICULDADES ECONÔMICAS

As empresas que se encontrem em dificuldades que à impossibilitem de cumprir as cláusulas econômicas da presente convenção coletiva, poderão negociar tais cláusulas com o sindicato dos trabalhadores, de forma a torná-las menos onerosas aos seus custos, cabendo as partes, de comum acordo, estabelecer os critérios da negociação.

51 - VIGÊNCIA

As condições ora pactuadas vigorarão a partir de 1º de novembro de 2009 à 31 de Agosto de 2011, duração de 10 meses.

a)- Fica acordada alteração da data-base da categoria para as próximas negociações a partir de 1º de setembro de 2011.

RECOMENDAÇÃO SOBRE O DIA DO TRABALHADOR DA CATEGORIA

Recomenda-se às empresas lembrarem como data do trabalhador em panificação e confeitaria o dia 13 de Junho.

Por estarem justas e acertadas, bem como para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes convenientes a presente Convenção Coletiva de Trabalho em 10 (dez) vias comprometendo-se, consoante dispõe o artigo 614 da Consolidação das Leis do Trabalho, a promover o depósito de uma via da mesma, para fins de registro e arquivo da Delegacia Regional do Trabalho em São Paulo.

SÃO PAULO/BAURU, 09 DE DEZEMBRO DE 2010.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE
ALIMENTAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.
CNPJ:- 62.651.468/0001-01 – DNT 18.232-43
Melquiades de Araújo – Presidente
CPF:- 133.814.318-20

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE BAURU
CNPJ:- 00.181.617/0001-50
Evaristo Rodriguez Gonzalez – Presidente
CPF:- 062.572.168-34 – Cadastramento Sindical – SR 12.736
Código da Entidade 001-126-04866-3

ASSINA PELOS SINDICATOS PROFISSIONAIS:

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE **ARAÇATUBA**, CNPJ 43756659/0001-85, Registro Sindical MTPS - 145.038-65;
Dulce Helena Josefina Ferreira – CPF:- 272.474.318-06

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE **JAÚ**, CNPJ 49895550/0001-05 -Registro Sindical MTPS - 212959/63;
Dr. Nelson da Silva – Adv^o - OAB/SP – 34276 - CPF:- 075.407.288-68.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE **MARACAÍ** - CNPJ 54704176/0001-53 - Registro Sindical CNES - 24.000.001135/92;
Claudines de Oliveira – CPF:- 054.182.498-86

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS DE **MARÍLIA E REGIÃO** - CNPJ -51508232/0001-86 - Registro Sindical CNES - 46010.004560/93.
Wilson Vidoto Manzon – Presidente - CPF:- 250.292.588-68.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, DE **BAURU** - CNPJ - 54732953/0001-73 -Registro Sindical MTIC - 184.278
Antonio Carlos De Oliveira Matheus – Presidente - CPF:- 001.916.708-39

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE **PRESIDENTE PRUDENTE** -CNPJ 55334247/0001-36 - Registro Sindical MTb - 24451.000187/84.
Roberto Soares Ribeiro – Diretor – CPF:- 080.332.378-64

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO DE **SÃO MANUEL** - CNPJ - 01045264/0001-24 - Registro Sindical 46000.005506/99.
Milton Domingues – Presidente – CPF:- 295.908.688-00.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE **TUPÃ** - CNPJ - 51.517.613/0001-31 - MTb -24538.000125/84
Nicanor Meira Dias – Presidente - CPF:- 539.078.178-34.